

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.438.438 - PE (2019/0021467-9)

RELATOR : MINISTRO NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
AGRAVANTE : ESTADO DE PERNAMBUCO
PROCURADORES : AMANDA REBECA MORAIS EMERY COSTA -
PE024333
RENATO VASCONCELOS MAIA E OUTRO(S) -
PE036454
AGRAVADO : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DE
PERNAMBUCO

DECISÃO

PROCESSUAL CIVIL E ADMINISTRATIVO. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. DIREITO CONSTITUCIONAL À SAÚDE. MEDICAMENTO FORA DA LISTA OFICIAL. MULTA DIÁRIA. APLICABILIDADE DO RECURSO ESPECIAL REPRESENTATIVO DA CONTROVÉRSIA. RESP. 1.474.665/RS. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA. INCIDÊNCIA DA SÚMULA 182/STJ. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL DO ESTADO DE PERNAMBUCO A QUE SE NEGA SEGUIMENTO, EM CONFORMIDADE COM O PARECER DO MPF.

1. Trata-se de Agravo em Recurso Especial apresentado contra decisão que inadmitiu Recurso Especial, interposto pelo ESTADO DE PERNAMBUCO com fundamento no art. 105, inciso III, alínea *a* da Constituição da República.

2. O Ministério Público Federal, em parecer da lavra da ilustríssima Subprocuradora-Geral da República SANDRA CUREAU, opinou pelo não provimento do Agravo.

3. É o relatório.

4. Mediante análise dos autos, verifica-se que a decisão agravada inadmitiu o Recurso Especial, considerando: a aplicabilidade do Recurso Especial Representativo da Controvérsia REsp. 1.474.665/RS e incidência da Súmula 7/STJ.

5. Entretanto, a parte agravante deixou de impugnar

especificamente: a aplicabilidade do Recurso Especial Representativo da Controvérsia REsp. 1.474.665/RS.

6. E como cediço, não se conhece do Agravo em Recurso Especial que não tenha impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

7. A propósito:

PROCESSUAL CIVIL. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO RECEBIDOS COMO AGRAVO REGIMENTAL. AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973. IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA DE TODOS OS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE INADMISSÃO. NÃO OCORRÊNCIA.

[...]

3. Conforme reiterada jurisprudência desta Corte, nos termos do art. 544, § 4º, I, do CPC/1973, o conhecimento do agravo em recurso especial está condicionado à impugnação específica de todos os fundamentos da decisão que nega admissibilidade ao apelo nobre, sejam eles autônomos ou não. Precedentes.

[...]

5. Embargos de declaração recebidos como agravo regimental, ao qual se nega provimento (EDcl no AREsp 419.689/ES, Rel. Min. GURGEL DE FARIA, PRIMEIRA TURMA, julgado em 24.5.2016, DJe 8.6.2016).

8. Nesse sentido, ainda, os seguintes precedentes: AgInt no AREsp. 880.709/PR, Rel. Min. MAURO CAMPBELL MARQUES, DJe 17.6.2016; AgRg no AREsp. 575.696/MG, Rel. Min. PAULO DE TARSO SANSEVERINO, DJe 13.5.2016; AgRg no AREsp. 825.588/RJ, Rel. Min. LUIS FELIPE SALOMÃO, DJe 12.4.2016; AgRg no AREsp. 809.829/ES, Rel. Min. REYNALDO SOARES DA FONSECA, DJe 29.6.2016; e AgRg no AREsp. 905.869/ES, Rel. Min. MARIA THEREZA DE ASSIS MOURA, DJe 14.6.2016.

9. Ante o exposto, com base no art. 21-E, inciso V do

Regimento Interno do Superior Tribunal de Justiça, nega-se seguimento ao Agravo em Recurso Especial do ESTADO DE PERNAMBUCO.

10. Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília (DF), 29 de maio de 2019.

NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO
MINISTRO RELATOR

